

COMISSÃO EXTERNA ENCARGADA DE REALIZAR LEVANTAMENTO *IN LOCO* SOBRE AS CAUSAS DA VIOLÊNCIA CONTRA O POVO INDÍGENA GUARANI-KAIOWÁ

Relatório da Visita à Região da Grande Dourados/MT

I - Identificação da Visita

Período: 02/12 a 03/12/2011

Objetivo: A Comissão Externa encarregada de realizar levantamento *in loco* sobre as causas da violência contra o povo indígena Guarani-Kaiowá, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados e a Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas estiveram em diligência ao Mato Grosso do Sul, na região da Grande Dourados, para averiguar a situação dos índios no estado. Os indígenas do estado reivindicam há anos os direitos imemorais de áreas ocupadas por seus antepassados, e com isso constantes conflitos, assassinatos, tortura e sequestro vem vitimando aqueles povos, principalmente os Kaiowá.

II - Participantes da Diligência

Deputada Erika Kokay – Membro permanente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias e autora do requerimento para a realização da visita;

Deputado Domingos Dutra – 1º vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias;

Deputado Padre Ton – Presidente da Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas.

III - Descrição das atividades incluídas na diligência

Reunião com lideranças indígenas

Local: Universidade Federal da Grande Dourados

Participantes: Na manhã do dia 02 de dezembro os deputados realizaram reunião com representantes das comunidades indígenas e outros agentes do poder público com atuação na questão indígena, entre os quais devem ser mencionados o deputado estadual Laerte Tetila (PT); o reitor da Universidade Federal da Grande Dourados, Damião Duque de Farias, acompanhado da assessora Parlamentar da Funai, Francisca Picanço; a Coordenadora da Funai em Dourados, Maria Aparecida de Oliveira (Lia); o ouvidor da Funai, Paulo Pankararu, o vereador de Carapó e índio da etnia Guarani-Ñandeva, Otoniel Ricardo, as lideranças Kaiowá e membros da Aty Guassu Tonico Beniltes e Eliseu Lopes, representantes do CIMI, professores e alunos da UFGD; o delegado da Polícia Federal, da Delinst (Delegacia de

Defesa Institucional), Alcídio de Souza, além de agentes da Polícia Federal e da Força Nacional de Segurança.

Relato: Os índios das etnias Guarani, Kaiowá, Nandeva, Terena e Suruí ocupavam a região hoje conhecida como Mato Grosso do Sul desde antes da colonização do Brasil. A partir da década de 70, muitos índios foram expulsos de sua área tradicional e colocados em reservas, outros permaneciam em sua área de mata nativa. Entre as décadas de 50 e 80, os indígenas foram usados na derrubada da mata para a criação das fazendas e como mão de obra, muitas vezes escrava, na plantação de monoculturas de soja e, posteriormente, cana. Dentro destes aldeamentos todas as etnias, famílias de diferentes *Tekohas* (aldeias), antigos desafetos, foram colocados para conviver no mesmo espaço.

Os índios perderam toda a forma de viver tradicional e foram impostos a viver em um sistema político diferente, dentro de um aldeamento muito pequeno para a quantidade de pessoas que ali habitavam e convivendo com o preconceito e perseguição constante por parte da população do estado. A partir do fim da década de 70, é proibida a caça, pesca, plantio de indígenas na região.

Dentro das aldeias existe a figura de *Capitão* para controlar e organizar a vida social dentro desses aldeamentos; ele era escolhido pelo SPI, posteriormente pela Funai (Fundação Nacional do Índio) e hoje são eleitos por votos. É ele quem controla onde cada indígena vai morar, controla a distribuição de cestas básicas ou qualquer projeto de assistência social que entre dentro da aldeia.

O processo de retomada dos indígenas para as suas *tekohas* se dá pela necessidade de busca da raiz daquela família que ali vivia. Dentro das aldeias, a falta do sentimento de pertencimento àquele local e a falta de perspectiva levaram muitos indígenas ao suicídio. E a retomada leva os fazendeiros a um violento processo de reação com o objetivo de um processo sistemático de etnocídio dos índios.

O local onde se dará a retomada é indicado em sonhos dos pajés e por lembranças dos mais antigos que pertencem à mesma *tekoha*. A forma de retomada e a data que irá acontecer é discutida em assembleia. Dentro da cosmologia indígena, os Pajés recebem dos espíritos ancestrais as indicações de onde estão enterrados os seus antepassados, mostrando aos vivos o local de moradia sagrado daquele povo.

Os assentamentos que hoje existem na região da Grande Dourados fazem parte deste processo de retomada territorial e de identidade que buscam os Guaranis Kaiowa. Com a reação dos fazendeiros, de 2 em 2 anos pelo menos uma liderança é assassinada por pistoleiros da região.

Os proprietários das fazendas alegam que possuem o termo de posse da terra e habitam a região há muito tempo. A Funai constituiu Grupo de Trabalho em 2008 para realizar trabalho de identificação das terras reivindicadas pelos índios da região da Grande Dourados, porém nenhum destes relatórios foi entregue até o presente momento. São 6 GT's que estudaram 36 áreas reivindicadas pelos kaiowás.

Ao fim dos relatos das lideranças indígenas, foram tirados alguns encaminhamentos e o roteiro da visita de diligência é feito com a visita a quatro assentamentos. Os deputados incluíram ao roteiro a visita a *tekoha* Laranjeira Nhanderú a pedido dos indígenas, por estarem em uma situação de iminente expulsão do território por causa de uma liminar de reintegração de posse ao proprietário da fazenda.

Visita ao acampamento Laranjeira Nhanderu no município de Rio Brillhante – Etnia Guarani Kaiowá

Participantes: A deputada federal Erika Kokay, os deputados federais Domingos Dutra e Padre Ton, o deputado estadual Laerte Tetila, os servidores da FUNAI Francisca Picanço (Assessora Parlamentar da Presidência do órgão), Lia (Coordenadora da FUNAI de Dourados), Paulo Pankararu (Ouvidor), os agentes da Polícia Federal Lourimar dos Santos e Gustavo Leão, o delegado Alcídio de Souza Araújo, também da Polícia Federal, o vereador de Carapo Otoniel e as lideranças kaiowá Tônico e Ezequiel. Houve escolta da Polícia Rodoviária Federal e policiais da Força Nacional de Segurança já estavam no acesso ao acampamento.

Descrição: O acesso a esta *tekoha* estava fechado com dois troncos de árvores enterrados e cerca de 30 indígenas, entre homens, mulheres e crianças, aguardavam a comitiva junto a Força Nacional de Segurança. Para liberar a entrada dos deputados, os indígenas conseguiram retirar os dois troncos que estavam enterrados a cerca de 1 metro de profundidade. Ao tentar passar pela “porteira”, a van que estava com os deputados e o delegado Alcídio foi ‘fechada’ e impedida de entrar por um carro pálio cinza.

No carro estava o proprietário da fazenda, José Raul das Neves e seu filho. Os dois possuíam um termo de reintegração de posse de uma fazenda vizinha a sua, onde fica a área reivindicada pelos índios. O documento não vale para sua propriedade, porém o único acesso aos indígenas é passando por dentro de sua terra. Ele argumentou que toma essa atitude porque os índios destroem a soja plantada, o que não foi comprovado pelos deputados, que viram que a plantação estava intacta. O acesso foi liberado após os policiais e deputados explicarem o motivo da comitiva na área.

Cerca de 200 pessoas vivem no acampamento Laranjeira Nhanderú e estão dentro da área há aproximadamente 3 meses; antes da retomada ficaram durante 1 ano e meio vivendo na beira da pista. A moradia dos indígenas é feita com pedaços de troncos e lonas pretas; as crianças frequentam a escola, porém tem que andar 5 km até a rodovia para pegar o transporte já que o acesso da estrada é constantemente fechado pelo senhor Raul.

A comunidade relatou que o proprietário deseja que os índios utilizem outra estrada que passa ao lado da casa da fazenda. Uma das maiores preocupações dos indígenas é que em caso de necessidade de locomoção urgente de alguma pessoa, a mesma teria que ser carregada até a estrada para então ser atendida por uma ambulância. O fechamento desta estrada também dificulta a entrega das cestas básicas e o acesso de médicos.

Os indígenas disseram que sofrem ameaças de morte, são acuados e pressionados a sair do local. A área já foi analisada por antropólogos e o Ministério Público Federal aguarda a

publicação oficial do resultado do GT de identificação, porém um mandado de reintegração de posse já foi emitido dando ganho de causa ao dono da fazenda. Esta é a primeira vez que há a tentativa de retomada desta *tekoha*.

Conversa com autoridades no Ministério Público Federal de Dourados

Participante: A deputada federal Erika Kokay; os deputados federais Domingos Dutra, Padre Ton; o deputado estadual Laerte Tetila; o procurador do MPF, Marco Antônio Delfino de Almeida; o assessor do MPF, Marco Homero; os servidores da Funai Francisca Picanço (Assessora Parlamentar da Presidência do órgão); Lia (Coordenadora da Funai de Dourados); Paulo Pankararu (Ouvidor); Bráulio Cesar da Silva Galani, da Delegacia de Combate ao Crime Organizado da Polícia Federal; os agentes da Polícia Federal Lourimar dos Santos e Gustavo Leão; o delegado Alcídio de Souza Araújo, também da Polícia Federal; o vereador de Carapo Otoniel Ricardo; lideranças kaiowá Tônico Beniltes e Ezequiel Lopes; além de Pedro Teodoro de Oliveira, dono de empresa de ônibus que transporta indígenas para os assentamentos.

Os parlamentares questionaram a qualidade, velocidade e se o MP acompanha os inquéritos e julgamentos dos mandantes e pistoleiros; questionou se o MP opina nas ações possessórias; questionou qual o posicionamento do MP diante dos ameaçados de morte; questionou se o MP pretende entrar com uma representação contra o Ministério da Justiça e a Presidência da República por omissão e responsabilização do que acontece aos índios do estado; questionou o papel do MP e do estado na servidão indígenas, já que não se pode tirar o direito das pessoas de ir e vir e, por fim, se os títulos de posse da terra podem ser anulados.

O procurador Marco Antônio explicou a importância de conhecer a história indígena na Grande Dourados para compreender os conflitos existentes. Segundo Marco Antônio, a origem de todos os problemas passados pelos Guarani Kaiowá são os aldeamentos e a falta de respeito aos costumes e tradições indígenas, que foram jogados para viver confinados sob uma organização estranha à sua história, e que enquanto não houver a demarcação das terras os conflitos continuarão.

A FUNAI foi colocada como ré em processo por omissão por três vezes, em 2007, 2010 e 2011. Foi feito um acordo entre o MPF e o órgão indigenista para a constituição de Grupo de Trabalho a fim de finalizar o processo de identificação das áreas, porém o acordo foi descumprido nas três oportunidades e que a FUNAI realizou os estudos em 2008, porém não entregou os relatórios. O procurador Marco Antônio declarou que o órgão tem até o fim do ano de 2011 para entrega dos mesmos.

A maioria dos processos virou ações penais, porém alguns permanecem como inquéritos policiais e que um deles ainda não foi remetido à justiça federal. O procurador recomendou que os deputados peçam ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a priorização dos processos, tanto criminais quanto fundiários, relacionados aos indígenas no Mato Grosso do Sul. Ele se comprometeu a enviar os processos para a comissão analisar.

Ao ser questionado se as liminares ou processos por parte dos fazendeiros impediram o trabalho da Funai e se isso poderia ter atrapalhado o trabalho do GT's de identificação

causando o atraso na entrega dos relatórios, o procurador afirmou que não houve nenhuma decisão judicial que impedisse a entrega do relatório. Com relação às decisões judiciais que dão mandado de reintegração de posse aos fazendeiros, o procurador afirmou que historicamente os juízes do estado dão pareceres contrários aos laudos antropológicos.

Ele declarou que um dos motivos é que existe uma violência simbólica no estado, essa violência se dá através do racismo contra índios. Os juízes também são afetados por esse racismo que é exposto publicamente na mídia local, já que cresceram dentro deste sistema que coloca o índio como “um subproduto da raça humana que tem menos valor que um cachorro”. O MPF de Dourados já entrou com duas ações de racismo contra a imprensa do estado por matérias relacionadas aos indígenas. Na opinião do procurador não há polarização, o estado do Mato Grosso do Sul, em sua absoluta maioria, é contra a comunidade indígena.

Analisando o trabalho da Polícia Federal na apuração dos casos de violência e assassinatos, o procurador considera que é preciso uma Força Tarefa especializada em assuntos indígenas para dar celeridade aos processos. Uma das táticas dos fazendeiros e pistoleiros para evitar uma investigação e deixar a comunidade em pânico são a utilização de armas não letais, como balas de borrachas e bombas de barulho contra as comunidades.

O procurador considera que as investigações da PF melhoraram com o passar do tempo; que antes, quando um indígena era assassinado, muitas vezes acontecia investigação reversa. Ao invés de investigar o assassinato, o foco era trocado, e a Polícia Federal procurava saber o porque da comunidade está ocupando aquela área e não quem matou a liderança. Também houve denúncias de que dois agentes foram flagrados almoçando com ruralistas, mas ele considera que a PF já agiu de maneira a sanar os problemas. Ele atesta a necessidade da Polícia Federal de Dourados e Ponta Porã possuírem um efetivo maior do que o atual, devido a grande quantidade de problemas enfrentados em uma área de fronteira.

Durante as visitas a campo dos antropólogos responsáveis pelos 6 Grupos de Trabalho de Identificação, os pistoleiros teriam ameaçados e intimidado as pessoas que tentavam entrar nas áreas. Os fazendeiros teriam conseguido liminares que impediam a entrada de qualquer pessoa para tentar impedir a realização dos trabalhos.

Durante as ações possessórias, o Ministério Público Federal é ouvido, assim como a Funai e a comunidade. O MPF sabe que existem títulos de propriedades griladas que incidem sobre terras indígenas e foi recomendado que os deputados solicitem junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) o mapeamento da estrutura fundiária da região da Grande Dourados. Para o MPF, um agravante para os índios do Mato Grosso do Sul é o fato de eles estarem em uma região de fronteira seca e sugere que a equipe de patrulhamento de fronteira também fique à disposição de resolver problemas indígenas.

Estão sendo preparadas ações contra a União por omissão e por participação ativa no processo que deixou os índios Kaiowá e Nandeva na situação que se encontram atualmente. A União participou do processo de retirada dos indígenas e confinamento dentro dos aldeamentos criados, sabia do problema que seria confinar pessoas de várias *tekohas* e mesmo assim não tomou providências para mudar este quadro. Posteriormente foi omissa

diante dos constantes assassinatos, do abandono, suicídios, mortes por desnutrição ou doenças facilmente tratadas.

Existem denúncias de que motoristas de ônibus estão sendo ameaçados de morte; houve ameaças de que os ônibus seriam incendiados, além de um de seus carros ter tido o freio cortado. Por fim, o Ministério Público finalizou declarando que os 43 presos indígenas de Dourados estão cumprindo pena por crimes comuns, como tráfico de drogas.

Os delegados da Polícia Federal presentes na reunião, Bráulio Cesar Galani (DRCOR – Delegacia de Combate ao Crime Organizado) e Alcídio de Souza Araújo (Delinst – Delegacia de Defesa Institucional) afirmaram que o departamento não entra no mérito da questão e que os excessos são reprimidos, seja do lado dos fazendeiros ou indígenas. Todos os casos que chegam a Polícia Federal são investigados, porém existem dificuldades nas declarações das testemunhas que, segundo o delegado, não relatam o caso com detalhes. O delegado também reafirmou que é necessário um efetivo maior na região da Grande Dourados, já que a delegacia que cuida do caso de indígenas é a mesma que cuida de todos os casos de violação de direitos humanos, sistema eleitoral e conta apenas com um servidor, o delegado Alcídio. O mesmo afirmou que se tivesse mais estrutura, as investigações ocorreriam com maior celeridade o que diminuiria a impunidade.

Segundo dia da diligência

Visita a *tekoha* Kurussu Ambá – Etnia Guarani Kaiowá

A visita foi à primeira atividade do dia 03 de dezembro e participaram os deputados Erika Kokay e Padre Ton, os funcionários da Funai Francisca Picanço, Paulo Pankararu, Lia, o delegado da Polícia Federal, Alcídio de Souza, os Agentes da PF Gustavo Leão e Lorimar do Santos, o procurador da República do MPF em Dourado, Marco Antônio, seu assessor, Marco Humero, os funcionários da EBC Alex, Wilson e Otávio, além do jornalista Alan de Brito do site local *Midiamax*.

O território de Kurussu Ambá tem cerca de 2,2 mil hectares e está em estudo de identificação pela Funai. Localiza-se no município de Coronel Sapucaia, na divisa de Mato Grosso do Sul com Capitão Bado, no Paraguai, a 383 km de Campo Grande. No local vivem cerca de 70 famílias, aproximadamente 200 pessoas. A comunidade foi incluída no Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República em 2010. As moradias não possuem apenas barracas de lonas pretas, alguns indígenas já possuem casas de palha. A área fica cercada por plantações de soja e próxima à aldeia Taquaperi, sendo ocupada há 2 anos.

Esta é a terceira tentativa de retomada da área. Nas duas primeiras, ocorreram assassinatos de lideranças indígenas. A rezadora Xurite Lopes, liderança histórica da comunidade, foi assassinada aos 70 anos na primeira tentativa de retomada. Meses depois, durante a segunda tentativa de voltar à sua terra, outra liderança foi morta por pistoleiros, dessa vez Ortiz Lopes. Em maio de 2009, Osvaldo Lopes foi assassinado quando a comunidade fazia a terceira retomada. Em novembro de 2009, sob a liderança de Eliseu Lopes, os indígenas

retornaram pela 4ª vez ao pequeno pedaço de sua terra tradicional, ocupando uma área localizada nos limites da reserva legal onde incide a fazenda Maria Auxiliadora.

A comunidade viveu acampada em barracos de lona, às margens da Rodovia MS 284, na altura do km 18, entre a cidade de Coronel Sapucaia e Amambaí por vários anos na tentativa de retornar a sua terra. Ali vivem em condições precárias (isolamento, fome, frio, ameaças e violências). Não tem acesso a água potável e as crianças morrem vítimas de desnutrição e doenças facilmente tratáveis. Segundo a comunidade, um médico faz consultas uma vez por semana e a Funai distribui cestas básicas de 15 em 15 dias; eles não conseguem plantar por causa do conflito e nem arrumam emprego nas fazendas devido ao forte preconceito no estado.

A liderança Eliseu Lopes faz parte do Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e relata que sofre constantes ameaças de morte. A comunidade também relata ameaças constantes; são cercados na pista e durante a noite. A comunidade possui transporte para que as crianças possam ir à escola.

Visita ao acampamento às margens da MS-386

A comitiva visitou o acampamento onde vive uma família na reserva indígena de Amambai. Segundo José Alves, de 71 anos, eles moram no local que foi designado pelo capitão da reserva por não possuir outro espaço disponível, então a família vive as margens da rodovia MS-386 (segue foto em anexo). O aposentado não cogita sair do local, pois assim perderia a atenção do estado, ele sustenta a família com sua aposentadoria, alguns filhos não possuem registro civil, além de viverem em barracas de lona preta.

Visita a *tekoha* Guaiviry

A última *tekoha* visitada pela Comissão foi a Guaiviry, no município de Aral Moreira, local onde no último dia 18 de novembro o Cacique Nísio foi supostamente assassinado. Ao chegarmos ao local, notamos que um pequeno grupo estava no início da mata, porém foi informado que a aldeia mesmo ficava mais adiante. Segundo Tônico Beniltes, as famílias mudaram para aquela área para garantir mais segurança à comunidade.

Na descida para a aldeia, foi relatada a maneira como aconteceu o assassinato do Cacique. Segundo Eliseu Lopes, ao ver a movimentação de 5 camionetes, Nísio foi até a estrada principal para ver o que estava acontecendo, no meio do caminho foi alvejado e seu corpo levado em um dos carros. Junto com Nísio, três crianças foram levadas pelos pistoleiros. O seu filho Walmir assistiu tudo ao se esconder na mata no momento do assassinato.

Foi informado por uma senhora, esposa de Walmir, que duas das três crianças foram vistas em Amambai, mas a menor, de 5 anos, ainda está desaparecida. Todos os menores estavam sendo criados por famílias de Guaiviry e não se tem conhecimento de quem são os seus pais biológicos. A comunidade relatou que desde o assassinato de Nísio a comunidade cresceu com a chegada de outros índios para dar apoio e ajudar na proteção das pessoas. Com isso, as cestas básicas recebidas estavam sendo insuficientes para alimentar a todos. A

coordenadora da Funai de Dourados afirmou que novo cadastro seria feito para que todos fossem contemplados.

Avaliações

1. Os pistoleiros atuam da mesma maneira, independente da tekoha visitada, fazendo terrorismo ao disparar tiros à noite, acuando, impedindo a passagem por suas fazendas e assassinando as lideranças kaiowá;
2. Os índios vivem em estado de confinamento;
3. É fato que não existe punição aos responsáveis pelos assassinatos dos indígenas;
4. Os pistoleiros promovem um verdadeiro etnocídio kaiowá;
5. Há presença de dois estados, onde o poder discricionário dos fazendeiros resolve a sua maneira o problema de terra, com assassinatos e massacre dos indígenas;
6. É impossível o modo de viver tradicional indígena na atual situação que se encontram as áreas retomadas;
7. O número de suicídio e dependentes em álcool e drogas vem da falta de perspectiva dos kaiowás em um futuro melhor;
8. Os indígenas sofrem diariamente ameaças dos pistoleiros;
9. É preciso que os culpados dos mais de 200 assassinatos dos kaiowá sejam punidos;
10. As comunidades e lideranças tem que receber proteção do estado; e
11. É preciso acelerar os processos de demarcação e de homologação das terras indígenas.

Encaminhamentos

Governo Federal

1. Requerer à FUNAI cópias dos relatórios de audiências públicas e outras audiências realizadas tratando da situação de violência contra os índios;
2. Requerer à Polícia Federal cópia dos inquéritos com informações concretas sobre as mortes, desaparecidos, atentados as aldeias, torturados, presos envolvendo os indígenas;
3. Realizar audiência com a Presidenta Dilma Rousseff para discutir o problema dos índios Guarany Kaiowá;
4. Realizar reuniões com o Ministro da Justiça, da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (Sepir) e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República;
5. Solicitar ao Incra levantamento da cadeia dominial dos títulos expedidos pelo órgão da região da Grande Dourados;
6. Realizar reunião com o Ministro da Secretaria Geral da Presidência da República;
7. Encaminhar requerimento de informação à Funai sobre a situação do processo de identificação das terras Kaiowá (aguardando resposta);
8. Solicitar junto ao Incra todos os títulos de propriedade para constatar terras griladas;
9. Realizar reunião com o Procurador Geral da União - AGU;
10. Defender o aumento do efetivo da Polícia Federal na região; e
11. Defender a implantação das medidas necessárias visando a garantia de segurança e bons tratos ao filho do Cacique Nísio, Walmir, que se encontra sob proteção da PF.

Poder Judiciário

12. Requerer ao Ministério Público de Dourados os relatórios de audiências públicas, audiências com autoridades, inquéritos da polícia federal com informações concretas sobre as mortes, desaparecidos, atentados às aldeias, torturados, presos (aguardando resposta);
13. Realizar reunião com o CNJ para solicitar esclarecimentos sobre a atuação dos juízes nos casos que envolvem assassinato de indígenas;
14. Realizar reunião no Ministério da Justiça para discutir a estrutura da Funai, Ministério Público Federal, Força Nacional de Segurança e Polícia Federal; e
15. Solicitar reunião CDDPH;

Poder Legislativo

16. Realizar audiências públicas nas comissões de Direitos Humanos do Senado e da Câmara;

17. Propor a criação de instrumento legal para indenizar os proprietários de terra afetados pela demarcação das terras Kaiowás;
18. Propor a criação de força-tarefa para acelerar a análise dos processos criminais e fundiários que envolvem o Kaiowás;
19. Defender a criação de delegacia da Polícia Federal especializada na questão indígena;
20. Incluir na ordem do dia o PL que institui o Estatuto do Índio, mediante a criação de Comissão Especial.

Outros atores

21. Promover seminário com presença de autoridades na cidade de Dourados para discutir a questão indígena;
22. Realizar reunião com a CNBB (realizado)
23. Fazer articulações com as Centrais Sindicais em busca de apoio ao movimento em defesa da proteção dos direitos e das terras dos índios;
24. Realizar reunião com o presidente nacional do PT;
25. Sugerir que no estado do Mato Grosso do Sul seja declarado estado de emergência;
26. Avaliar a possibilidade de encaminhar denúncias à OEA, ONU e Corte Interamericana de Direitos Humanos; e
27. Solicitar junto à prefeitura de Rio Dourado que seja resolvido o problema do transporte de alunos para escola na *tekoha* Laranjeira Nhanderú.

Anexo – Fotos

1. Reunião na Universidade Federal da Grande Dourados



2. Entrada da *tekoha* Laranjeira Nhanderú



3. Indígenas retiram tronco que impedia passagem para *tekoha* Laranjeira Nhanderú



4. Indígenas retiram tronco que impedia passagem para *tekoha* Laranjeira Nhanderú



5. Proprietário da fazenda que dá acesso a Laranjeira Nhandêrú e que impediu, inicialmente, a entrada dos deputados



6. Carro impedindo a passagem dos deputados



7. Carro que impediu a passagem dos deputados



8. Plantação de soja conservada dentro da propriedade do Sr. Raul



9. Indígenas no acampamento Kurusu Ambá



10. Reunião no Ministério Público Federal de Dourados



11. Acampamento na beira da MS-386



12. Acampamento as margens da MS-386



13. Acampamento as margens da MS-386



14. Acampamento as margens da MS-386



15. Acampamento as margens da MS 386



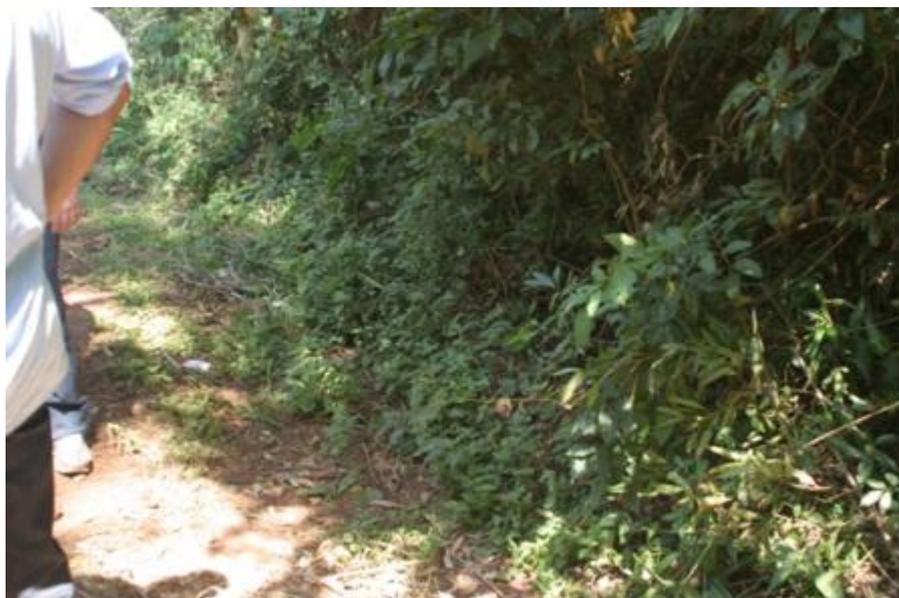
16. Tekoha Guaiviry



17. Acampamento Guaiviry



18. Local onde o cacique Nísio foi assassinado



19. Local onde o cacique Nísio foi assassinado



20. Estrada onde Nísio foi assassinado



